

Jose' Claudio dos Lombardi

Jose' Luis Sanfelice

(1981). "Perspectivas da sociologia rural". In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec.

LOCKE, John (1967). "Some thoughts concerning education". In: AXTELL, James L. *The educational writings of John Locke*. London; New York, Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1990). "Segundo tratado sobre o governo". In: LOCKE. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os pensadores).

\_\_\_\_\_. (1991). "Segundo tratado sobre o governo". In: LOCKE. São Paulo, Abril Cultural. (Coleção Os pensadores).

LUZURIAGA, Lorenzo (1959). *História da educação pública*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

OLIVEIRA, Francisco (1999). "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal". In: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes; FAPESP.

REED, John (2001). "Quase trinta". In: *Eu vi um novo mundo nascer*. São Paulo, Boitempo.

SADER, E. (1993). *Estado e política em Marx*. São Paulo, Cortez.

SGUISSARDI, Valdemar & SILVA JUNIOR, João dos Reis (2000). "A Produção intelectual sobre a educação superior na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBPE)*: período 1968-1995". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 79, n. 193, pp. 95-112.

SILVA JR., João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar (2001). *As novas faces da educação superior no Brasil – reforma do estado e mudanças na produção*. São Paulo, Cortez; Bragança Paulista; EDUSF.

## CAPÍTULO • SEIS

### NEOLIBERALISMO

#### EQUÍVOCOS E CONSEQÜÊNCIAS\*

PAULINO JOSÉ ORSO\*\*

#### COLOCAÇÃO DO PROBLEMA: APROXIMAÇÕES À QUESTÃO

Falar de liberalismo significa falar de algo que está presente em nossa vida, nas relações sociais. Está tão incorporado a nossa vida que às vezes, apesar de não admitirmos, na prática, somos mais liberais do que pensamos.

Por isso, antes de tratar do neoliberalismo, de seus equívocos e conseqüências, é preciso compreender o liberalismo. Muitas vezes, mesmo acreditando ser seus críticos, sem perceber, acabamos incorrendo em equívocos. Às vezes fazemos críticas ao "neoliberalismo" e nem sequer criticamos e colocamos em xeque o liberalismo e muito menos o capitalismo de quem, nas suas diferentes versões, constituiu-se em ideologia.

Este texto expressa parte das discussões feitas durante o ciclo de debates sobre "liberalismo e educação" que foi organizado na

\* Texto apresentado nos Colóquios de Filosofia e História da Educação, evento desenvolvido mensalmente na Faculdade de Educação da UNICAMP, em 2002.

\*\* Doutor em história e filosofia da educação pela UNICAMP. Docente do Centro de Educação e Artes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e líder do HISTEDOPR.

UNICAMP entre 2000 e final de 2002, durante o qual foram tratados diversos temas, aspectos e enfoques do liberalismo, tentando compreender suas interconexões com a educação.

A infinidade de estudos e pesquisas realizadas sobre o liberalismo resumem-se a estudos pontuais e aborda autores, fases ou aspectos do mesmo. Alguns até mesmo tratam da história do liberalismo, mas, em geral, limitam-se a repetir velhas críticas sem analisar a consistência de suas formulações, sem testar seus fundamentos na história concreta. Isso, porém, não é suficiente nem para compreender o liberalismo nem para compreender os equívocos e as consequências do "neoliberalismo".

Para se compreender o neoliberalismo é preciso analisá-lo numa perspectiva histórica que permita ver o que há de novo no liberalismo, já que, por um lado, o termo indica que há uma ruptura e, por outro, que ocorre uma continuidade no liberalismo.

Para não deixar margem a análises positivistas, de imediato é preciso dizer que a realidade histórica não dá saltos: que a todo momento é nova, que já não é mais absolutamente a mesma do momento anterior, mas também que não é totalmente nova. Ou seja, segue sendo liberalismo, todavia não exatamente da mesma forma.

Quando se utiliza o prefixo "neo-", quer-se dizer que, no movimento da matéria e da sociedade, há continuidade e ruptura. Em função disso, em geral, só percebemos os momentos mais fortes e salientes. Por isso, às vezes, tratamos do liberalismo clássico, do neoliberalismo e do ultraliberalismo como momentos sucessivos e estanques ou como coisas totalmente diferentes.

Ainda que geralmente nos ocupemos dos momentos mais marcantes, para não incorrerem em equívocos, é preciso não perder de vista o movimento histórico, compreendido numa totalidade de relações que produzem nova realidade a cada instante. Uma vez compreendido isso, é possível compreender o movimento real, isto é, como a realidade era, como é e como tende a ser.

Uma vez estabelecidos os pressupostos, ocupemo-nos do neoliberalismo, isto é, do que há de novo no liberalismo. Por uma abor-

dagem histórica, tratarei do surgimento, do desenvolvimento e das mudanças que ocorreram com o liberalismo. A partir daí, explicitarei as consequências, as possíveis tendências e recolocarei o que é essencial para a luta dos trabalhadores.

#### AS CONDIÇÕES QUE TORNARAM POSSÍVEL O SURGIMENTO DO LIBERALISMO

Como foi enfatizado, a realidade desenvolve-se graças às contradições existentes no interior da matéria, da realidade, porém não num processo linear. Isso leva-nos a afirmar que, longe da concepção positivista, como diria Alvaro Vieira Pinto (1979), não podemos marcar um começo absoluto para os fatos e acontecimentos. Estes apresentam algo novo, mas não totalmente; carregam algo anterior, do velho. Assim, se o liberalismo surge como reação ao feudalismo, ao medievalismo e ao absolutismo, já encontra antes disso a existência da propriedade privada e das classes sociais, que são elementos fundamentais para o liberalismo. Além disso, também foram condições para o surgimento do liberalismo o desenvolvimento do empirismo, o racionalismo, a reforma religiosa, o antropocentrismo, bem como o surgimento dos burgos, do comércio e das cidades. Sua base, portanto, encontra-se radicada principalmente na propriedade privada dos meios de produção, na competição, na concorrência, no individualismo, e na defesa da liberdade de consciência e do livre mercado. Segundo Hayek, na Modernidade a tendência era libertar o indivíduo das restrições que mantinham os indivíduos presos aos costumes e às autoridades, acreditando-se que os esforços empreendidos espontaneamente poderiam produzir uma complexa ordem de atividades econômicas que só a liberdade poderia proporcionar (HAYEK, 1994, p. 41). Assim, o liberalismo é resultado da evolução e da seleção natural e espontânea.

## O LIBERALISMO E SUA HISTÓRIA

Para os liberais, no estado de natureza o homem encontra as melhores condições para desenvolver suas potencialidades como ser livre e produtivo. Portanto, consideram que a única intervenção legítima é a que visa preservar a segurança do indivíduo no exercício de sua liberdade natural. Pois, como diz Wanderley Guilherme dos Santos (1999, p. 17), no estado natural os homens podem realizar-se completamente como pessoas morais e preservar a variedade e riqueza humanas.

Porém, de acordo com Thomas Hobbes (1588-1679), se não há um "poder comum que atemorize a todos", pode ocorrer "uma guerra tal que é a de todos contra todos" (apud CROSMAN, 1980, p. 55), que ameaça a segurança. Com isso, opõe-se ao estado de natureza e justifica o absolutismo.

A intervenção era defendida como necessária à preservação da liberdade, da segurança e da propriedade. Contudo, partindo do princípio de que o absolutismo inibia a liberdade (política e econômica), John Locke (1632-1704) defende a tese do "direito natural", segundo o qual todos estariam sujeitos a uma mesma lei tanto para proteger quanto para serem castigados. "Todos os homens se acham naturalmente nesse estado e nele permanecem até que, por seu próprio consentimento, fazem-se membros de uma sociedade política" (apud CROSMAN, 1980, p. 62), até que, para preservar a liberdade, por meio de um *pacto* ou *contrato*, funda-se a sociedade civil destinada a assegurar os direitos naturais, a igualdade, a liberdade e a propriedade. Nesse sentido, o Estado surge para preservar a liberdade.

No século XVII, os fisiocratas já começam a se debater e lutar contra o protecionismo mercantilista. François Quesnay (1694-1774), provavelmente inspirado em Legendre<sup>1</sup>, começa a defender os princípios do *laissez-faire, laissez-passer*. Pois, como diz Roque Spencer

1. Expressão que, provavelmente, teria sido usada pela primeira vez pelo comerciante chamado Legendre, no século XVII, antes de Quesnay.

Maciel de Barros (1971b, p. 46), "trata-se, pura e simplesmente, de deixar que a natureza siga o seu caminho, que suas leis atuem sem encontrar os obstáculos representados por desastrosas intromissões 'inaturais' de quem quer que seja [...]".

Posteriormente, Adam Smith (1723-1790) articula os conceitos de natureza e liberdade à economia. Para ele, a mão invisível do mercado é a melhor promotora dos interesses individuais e do progresso social (idem, p. 49). David Ricardo (1772-1823) generaliza esse argumento e o estende ao conjunto da sociedade. Smith transformou o *laissez-faire* quesnaysiano no princípio da mão invisível e Ricardo o estendeu para além dos indivíduos de uma sociedade determinada, para o mercado como um todo.

Seguindo essa perspectiva, Stuart Mill diz que "cada um é dono de seu próprio corpo e de seu próprio espírito e tem o direito de fazer com eles o que quiser, desde que não afete o direito semelhante de todos os outros" (BARROS, 1971b, p. 208). O problema, dizia ele, está em "conciliar a maior liberdade individual de ação com a propriedade comum das matérias-primas do globo e com a participação igual de todos nos benefícios do trabalho comum" (idem, p. 212). Porém, dizia ele, é necessário defender o *laissez-faire* em função dos perigos do aumento do poder do Estado.

Herbert Spencer, por sua vez, defende que o princípio do *laissez-faire* seja levado ao seu extremo e que a teoria da seleção natural de Darwin seja aplicada ao campo social. Diz que o processo evolutivo está marcado por uma adaptação cada vez mais completa do indivíduo ao meio, sobrevivendo apenas os mais aptos, garantindo, assim, o aperfeiçoamento da sociedade (idem, ibidem). A seleção natural defendida por Spencer desemboca no darwinismo social, no *laissez-faire*, no predomínio da competição e do livre-mercado.

Partindo de Quesnay, passando por Smith e Ricardo, seguindo com Mill (1806-1873) e Spencer (1820-1903), o liberalismo seguiu um período de progressiva defesa do *laissez-faire*, do mínimo de intervenção estatal possível.

Com o empirismo, o conhecimento deixa de ser visto como resultado da revelação. O experimentalismo e o racionalismo passaram a ser vistos como instrumentos para a transformação material. O empirismo, o racionalismo, o iluminismo e o liberalismo, ao mesmo tempo em que serviram para fazer a crítica, para lutar contra e destruir a antiga ordem, também contribuíram para a construção da nova ordem, o capitalismo. A burguesia, fascinada com os progressos obtidos pela ciência aplicada à indústria num mercado cada vez mais livre, propagava um futuro brilhante, marcado pela prosperidade, abundância, bem-estar e felicidade (ORSO, 2002, p. 93).

Se a superação do feudalismo, a eliminação progressiva das barreiras e dos entraves impostos pelo mercantilismo e a defesa do *laissez-faire*, da mão invisível, conduziram ao um período de progresso econômico e de expansão comercial, entregue a toda liberdade possível; o mercado revelou sua irracionalidade e, de forma de desenvolvimento, transformou-se no seu contrário, em causa de profunda crise no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930. O próprio *laissez-faire* e a mão invisível tornaram-se ameaças ao liberalismo e ao capitalismo.

Todavia, se o mundo capitalista estava passando por uma profunda crise, o mesmo não acontecia no lado socialista. Após a Revolução Russa e a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os países socialistas experimentavam o contrário: uma situação de pleno emprego, grande desenvolvimento industrial, elevados níveis de progresso social, particularmente na área da educação, saúde e habitação; a expectativa de vida aumentou e as desigualdades sociais foram reduzidas consideravelmente. Os dois mundos, portanto, seguiam em direções opostas.

Com isso, o socialismo exercia um forte apelo e representava a negação do capitalismo. Keynes via o crescimento do socialismo, de um lado, e de outro, a deterioração do capitalismo. Então, suas preocupações passaram a ser com as estratégias para combater o socialismo e salvar o capitalismo (KEYNES, 1988, p. 250).

Mas, as receitas defendidas no passado, que advogavam o equilíbrio automático do mercado, não mais lhe pareciam suficientes para

resolver o problema. Aliás, tinham sido as responsáveis pela crise (idem, *ibidem*). Percebeu que já não era possível resolver os problemas econômicos a partir das orientações da economia clássica. Diante da crise era preciso agir rápido e ser prático. Então, propôs outra solução, o intervencionismo estatal, aquilo que antes era combatido e tido como empecilho ao desenvolvimento e ao progresso.

Ainda que tenha aberto o caminho para o crescimento do Estado a contragosto, não defendia o socialismo nem a construção de um Estado de bem-estar social. Acreditava que o velho princípio do individualismo continuava a valer. Pois, "purgado de seus defeitos e abusos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal" (idem, p. 249). Ou seja, as medidas defendidas por Keynes não visavam destruir o capitalismo. Pelo contrário, visavam evitar sua destruição.

Diante da incerteza gerada pela mão invisível, Keynes propõe a intervenção estatal, a administração e o gerenciamento do mercado como o único meio para evitar a destruição das instituições econômicas, a iniciativa individual e evitar o socialismo. Mas o faz contrariado, pois gostaria de continuar pautando suas decisões no *laissez-faire*. Porém, a necessidade se impunha com mais força. Diante do "espectro" que pairava, Keynes preferiu o remédio amargo a pôr em risco a saúde do capitalismo. Tratava-se de agir rápido e de ser prático; dos males o menor. As circunstâncias do momento não permitiam tempo para dúvidas e titubeios, exigiam que fosse "entregues os anéis para salvar os dedos".

Em *A teoria geral...* Keynes afirma que na obra *Princípios de economia*, Alfred Marshall destaca que há uma continuidade do pensamento deste último com o de Ricardo, mas que percebia agora a insuficiência diante das exigências e necessidades do momento. Keynes enfatiza que, até então, no pensamento econômico, havia uma "continuidade através de todas as mudanças". Diz que, inclusive, ele se formou e seguiu essa tradição. "Mas [...] senti-me rompendo com essa ortodoxia, numa forte reação contra ela, fugindo de alguma coisa, conquistando uma emancipação" (idem, p. 15, grifo meu).

As mudanças propostas por Keynes provocaram uma reviravolta no liberalismo. Para ele, esse momento marcava o afastamento da

economia clássica (ortodoxa) inglesa e do *laissez-faire*, e a aproximação do intervencionismo.

A tradição que vinha sendo afirmada progressivamente por mais de um século começava a ser rompida com Keynes. Aliás, o próprio Bismarck já havia feito ensaios nessa direção. Keynes percebeu que, entregue às suas próprias regras, ao *laissez-faire*, à mão invisível, as forças do mercado tornam-se irracionais e tendem a provocar ondas de crises e incertezas. Então procurou intervir na incerteza para administrá-la. Diante dela encontrou a justificativa necessária à adoção de um programa de obras financiadas pelo poder público como forma de aumentar o emprego. Assim, abandona a idéia de que o capitalismo podia se autogerir e provocar equilíbrio automaticamente, e passou a medrar a idéia de que o mesmo precisava ser administrado. Keynes impôs-se a tarefa de salvar o capitalismo a partir de uma administração técnica, ou então, "politizando a economia". "Pela primeira vez em mais de dois séculos", diz o autor em 1940, "Hobbes tem mais a nos dizer que Locke" (SKIDELSKY, 1999, p. 15).

Keynes talvez tenha sido o primeiro economista a introduzir a incerteza no cerne do pensamento econômico e a levantar a questão do significado da racionalidade na economia. Porém, a defesa de Keynes à intervenção estatal, mesmo com o fito de salvar o individualismo, o liberalismo e o capitalismo, abriu espaço para políticas estatizantes. No rastro do intervencionismo, nos anos de 1930, veio o *New Deal* (novo acordo), as políticas do *welfare state*, o Plano Marshall e o crescimento do Estado. Seguindo o caminho aberto por Keynes, essas medidas provocaram a chamada "revolução keynesiana".

O ideal para o liberalismo é a vigência absoluta do *laissez-faire* e da mão invisível com a preservação da propriedade. Porém, em 1926, Keynes já havia escrito um opúsculo denominado *O fim do laissez-faire*. Diante do crescimento da União Soviética e do aprofundamento da crise da economia capitalista do final da década de 1920 e início dos anos de 1930, ele não teve dúvidas quanto à necessidade de intervir na economia. A partir daí, os liberais passaram a ver o Estado como necessário. Então, o Estado deixou de ser um proble-

ma para eles e o debate deslocou-se do *laissez-faire* e da mão invisível para o papel, os limites, a abrangência e os perigos da intervenção estatal. Mesmo que o intervencionismo tenha ajudado a salvar o capitalismo e o liberalismo, desagradou grande parte dos liberais. Em função disso, passaram a chamar Keynes de "ingênuo" e de "cândido"; diziam que "subordinou a política à economia" e que não "entendeu que não se podem salvar valores liberais começando por pôlos, de algum modo, sob suspeita e fazendo com que sua sobrevivência dependa 'diretamente' de valores que lhes são opostos" (BARROS, 1992, p. 96).

Segundo Roque Spencer, na defesa da intervenção estatal feita, ingenuamente, por Keynes, o maior erro foi não ter ponderado as observações de Montesquieu, de Rousseau e do Lorde Acton sobre os perigos do poder (*idem*, p. 98). Entretanto, diante da impossibilidade de dispensar o Estado, os próprios liberais mais radicais passaram a admiti-lo de acordo com a orientação de Röepke, para promover as *intervenções conformes*, para favorecer a concorrência, em oposição às *intervenções desconformes*, que a dificultam e a impedem.

As medidas preconizadas por Keynes produziram dois efeitos: defenderam a intervenção do governo na economia, cooptaram os trabalhadores e impediram que se deslocassem para o socialismo.

A partir da inspiração keynesiana, surge o *welfare state* ou Estado de bem-estar social, que, na América Latina, Eduardo Galeano denomina de "Estado de mal-estar social", pelo qual alguns Estados passaram a estender alguns direitos sociais aos trabalhadores, principalmente nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura, seguridade social, etc. Com isso, o capitalismo passou a "incluir" os trabalhadores. Nesse momento, já em 1947, Friedrich August von Hayek convocou os liberais mais extremados que compartilhavam com ele os ideais do *laissez-faire*, da mão invisível e que se posicionavam firmemente contra as políticas do Estado de bem-estar, do *New Deal* e contra o intervencionismo, para uma reunião na cidade de Mont Pèlerin, na Suíça, que resultou na fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, com a finalidade de combater todas as formas de interven-

cionismo. Como um dos desdobramentos dessa luta, no Brasil, foram criados os institutos liberais. Aliás, já no início dos anos de 1930, antecipando-se a Keynes, Getúlio Vargas promove a intervenção na economia cafeeira e queima milhares de sacas de café para evitar a quebra desse setor da economia.

Até o final da década de 1960, em função da crise econômica e da necessidade do intervencionismo, a Sociedade de Mont Pèlerin não teve muita repercussão. Mesmo porque o intervencionismo provocou um grande surto de desenvolvimento econômico e de progresso social. Mas aquilo que era forma de desenvolvimento novamente acabou por gerar seu contrário, produzindo uma nova crise. Assim, as idéias e teorias *laissez-faire* que haviam sido postas em segundo plano, mas que permaneceram latentes durante esse período todo, com a ascensão da ditadura de Pinochet no Chile, em 1973, começaram a recuperar forças, investiram contra o Estado, retomaram a defesa do Estado mínimo, aniquilaram os sindicatos e a resistência dos trabalhadores, impuseram um intenso programa de privatização e eliminaram direitos sociais.

Com a eleição de Margareth Thatcher e com a derrota dos trabalhistas na Inglaterra, em 1979, essas políticas ganharam força. Ela levou ao extremo a luta contra os sindicatos. Em função de sua posição, Thatcher ficou conhecida como a "dama de ferro". Um ano depois, em 1981, Ronald Reagan assumiu o poder nos Estados Unidos e levava adiante uma política semelhante, mas voltava os incentivos principalmente para a área militar, na tentativa de conter a União Soviética. O mesmo ocorreu na Alemanha em 1982, na Dinamarca em 1983 e na Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria.

No restante da América Latina, isso ocorre principalmente a partir do final dos anos de 1980. No México, a partir de 1988; na Argentina, Peru, Venezuela e Brasil, a partir de 1989. No Brasil, essas políticas ganham força com a eleição de Fernando Collor de Melo e nas duas gestões do governo de Fernando Henrique Cardoso. O Estado passou a ser demcnizado; os direitos trabalhistas passaram a ser estigmatizados como privilégios e sua defesa passou a ser tida como cor-

porativismo; as empresas estatais passaram a ser vistas como dispendiosas, perdulárias, improdutivas e ineficientes; os servidores públicos, como vagabundos; os direitos sociais e trabalhistas, como barreiras ao progresso, ao desenvolvimento econômico e ao aumento do emprego. Os trabalhadores, que são os produtores da riqueza, passaram a ser taxados como causa do atraso do país. Tudo isso contribuiu para a justificação da reestruturação produtiva, da reengenharia, das privatizações, da desregulamentação, da flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais, enfim, para a defesa do Estado mínimo.

A partir daí, enquanto os países capitalistas centrais, principalmente os EUA, Japão e a União Européia, adotam políticas protecionistas, os países periféricos, em função da dependência, são forçados a liberalizar cada vez mais seus mercados. Ou seja, os países dominantes exportam suas crises para a periferia.

Sem dúvida alguma, Friederich Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-) destacam-se dentre os principais ideólogos da versão do liberalismo que tomou corpo principalmente a partir da segunda metade da década de 1970 e que se estende até o início do século XXI.

De acordo com Hayek, a sociedade vai selecionando e escolhendo os melhores caminhos, "natural" e "espontaneamente". Nessas condições, indivíduo e mercado confundem-se, e a sociedade aparece como resultado de um acordo espontâneo de vontades livres. Para ele as instituições, dentre elas o mercado, surgem e evoluem espontaneamente. Se os homens pensam que são capazes de conhecer a realidade e ousam tentar planejar e reconstruir a sociedade, acabam incorrendo no erro de, sonhando como o paraíso, pavimentarem "o caminho da servidão".

Segundo Hayek, já que o Estado não pode ser abolido totalmente, deve ser reduzido ao mínimo. O autor via na planificação, na intervenção estatal, na democracia de massas e no *welfare state*, mesmo dentro da sociedade capitalista, o caminho para a socialização. Por isso, considera como injustificável toda a intervenção que não as admitidas anteriormente.

Ao escrever *O caminho da servidão*, em 1944, Hayek adotou como epígrafe de seu primeiro capítulo, denominado "O Caminho abandonado", um emblema de Roosevelt que afirmava que "a tese básica deste programa [New Deal] não é a de que o sistema de livre iniciativa fracassou em nossa época, mas a de que tal sistema ainda não foi posto em prática". E enfatizava: "ainda acreditamos que até época recente éramos governados pelo que se definia de modo vago como as idéias do século XIX, ou o princípio do *laissez-faire*". Na seqüência afirma: "ainda julgamos que os ideais pelos quais nos pautamos, e que nortearam a geração passada, só se realizarão no futuro" (HAYEK, 1994, p. 39).

Para Hayek, essa mudança de rota imprimiu um novo rumo à trajetória que as idéias vinham seguindo há cerca de 200 anos. Tendo em vista o intervencionismo, o autor diz que aquilo que parecia apenas uma ligeira mudança, resultou uma completa inversão de rumo, um completo abandono da tradição individualista que criou a civilização ocidental (idem, p. 45).

Mas, como diz o próprio Hayek, "os princípios básicos do liberalismo não contêm nenhum elemento que o faça um credo estacionário, nenhuma regra fixa e imutável" (idem, p. 43). Ou seja, diante da necessidade prática, justifica-se a mudança, pois é mais fácil mudar de princípios do que mudar a realidade – portanto, que se adaptem as idéias e as teorias às novas circunstâncias.

Ao tomar conhecimento de *O caminho da servidão* de Hayek, Keynes afirmou: "Estou, moral e filosoficamente falando, virtualmente de acordo com o conteúdo integral desta obra; não só de acordo, como de profundo e comovido acordo"<sup>2</sup>.

Keynes diz isso depois de ter sido o maior defensor do intervencionismo. Isso mostra que ele não defendia a intervenção por estar convencido de que tinha errado e de que era preciso corrigir o erro e abandonar os princípios do liberalismo antigo em que acreditava e

2. Depoimento de Keynes, citado na quarta capa do livro *O caminho da servidão* de Friedrich Hayek (1994).

que defendia. Tratava-se de uma questão prática. E, como diz Friedman, "quando ocorre uma crise, as decisões tomadas dependem das idéias existentes no momento" (1985, p. 7).

Friedman é outro ideólogo do liberalismo de tipo *laissez-faire*. Apesar de, entre 1935 e 1937, ter participado do programa do *New Deal*, posteriormente, em 1947, participou do encontro organizado por Hayek e passou a integrar a Sociedade de Mont Pèlerin e defender a tese de que somente o livre mercado produz bons resultados.

Para Friedman, compete ao Estado proteger a liberdade dos indivíduos, preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados e promover mercados competitivos (idem, pp. 23,33). No mais, a mão invisível do mercado constitui-se na melhor alternativa para resolver os problemas do bem-estar e das desigualdades.

Hayek e Friedman retomam as idéias do "naturalismo". Defendem que o melhor governo é aquele que garante mais liberdade ao mercado. Uma vez que perceberam que não poderiam sobreviver e defender seus interesses sem o Estado, a discussão passou a centrar-se nos poderes, nos limites, na extensão e no alcance da intervenção. Analisando a história do liberalismo, pode-se dizer que ele se desenvolve, a *grosso modo*, dentro de um processo que vai do liberalismo clássico (tese) ao liberal-intervencionismo (antítese) e ao liberalismo que se desenvolve a partir da metade da década de 1970 em diante, o *ultraliberalismo* (a síntese) que articula os dois momentos anteriores e aparece como uma nova tese.

Se, como dizia Hayek, "as idéias do século XIX eram apenas o começo", "se o livre mercado ainda não havia sido plenamente posto em prática", então, a sua retomada a partir da segunda metade dos anos 1970 em diante não é o neoliberalismo, mas sim o ultraliberalismo.

É importante dizer que, se existe algo no liberalismo que se pode denominar de "neoliberalismo", não são as políticas liberais atuais, mas sim as políticas keynesianas ou intervencionistas. O que existe de novo no liberalismo é a política keynesiana, o Estado de bem-estar. Com Keynes invertem-se os sinais. Se antes os vetores in-

dicavam para a defesa do *laissez-faire* e do livre mercado, a partir daí passam a orientar para o intervencionismo. Ou, nas palavras de Hayek, a partir daí “decidimos [...] pela condução coletiva e ‘consciente’ de todas as forças sociais em direção a objetivos deliberadamente escolhidos” (1994, p. 45).

Tanto Keynes quanto Hayek, e Friedman afirmam que a virada do liberalismo ocorreu a partir das políticas keynesianas. Para a defesa do capitalismo ou para escamotear a luta e conter os trabalhadores, os liberais/capitalistas até podem conceder, circunstancialmente, alguns direitos aos trabalhadores e fazer algumas restrições ao mercado. Contudo, não negociam a defesa da propriedade privada. Para defendê-la, os defensores da liberdade não exitam em usar a própria ditadura.

Nenhum liberal se autodenomina neoliberal. Isso, porém, não é o fundamental. O importante é que, no processo histórico concreto, não há justificativa plausível para denominar a fase atual<sup>3</sup> de neoliberalismo. Outro importante fator a considerar é que a maioria dos intelectuais denominados de esquerda não considera as políticas do *welfare state*, do *New Deal* keynesianas como se fossem liberais e capitalistas. Muitos confundem-nas quase como sinônimos de socialistas. Também é bom ressaltar que a política social-democrata ocorre dentro do âmbito da sociedade de mercado, capitalista, portanto.

Depois de verificados a história e os argumentos apresentados anteriormente, não resta dúvida de que o que de fato existe é o liberalismo, o qual se constitui numa ideologia (de justificação do capitalismo) que assume características de acordo com o desenvolvimento do capital e submete-se às suas necessidades.

Se o que de fato existe é o liberalismo como ideologia do capitalismo, não faz muito sentido falar em neoliberalismo ou em “ser

3. Como a economia e a sociedade estão em constante mudança, para evitar mal-entendidos, deixo claro que entendo como fase atual o período compreendido entre o último quartel do século XX e o início do século XXI. De ora em diante, resta acompanhar os desdobramentos da economia e das idéias erigidas sobre ela para ver que tipo de característica o liberalismo assume.

contra o neoliberalismo”. A posição que de fato se deve adotar é contra o liberalismo, em todas as suas formas e contra o capitalismo, que é a base material que o sustenta.

É necessário dizer que, mesmo com toda a defesa do *laissez-faire*, da mão invisível e do livre mercado, a intervenção estatal sempre existiu e é condição para a manutenção e sobrevivência da exploração e do capital. Dependendo da necessidade do capital, em determinados momentos ocorre mais e noutros menos intervenção.

Se quisermos dividir o liberalismo em períodos, para não nos equivocarmos, temos de ser fiéis ao movimento histórico concreto. Nesse sentido, pode-se dizer que todas as políticas liberais atuais que advogam a redução do Estado já estavam presentes a partir da metade do século XVIII e vigoraram durante todo o século XIX. Contudo, essa prática não despreza as lições do pós-1930, do século XX, que deixou a lição de que o Estado é fundamental para a defesa da propriedade e do capital. Por isso, se formos rigorosos com os conceitos, se não quisermos incorrer em equívocos, não se pode chamar as atuais políticas de neoliberais, mas sim de ultraliberais, pois trata-se da superação tanto do liberalismo clássico quanto do intervencionismo; trata-se da incorporação das velhas políticas da ortodoxia liberal conjugadas com a preservação do Estado. Assim, o ultraliberalismo constitui-se na síntese do liberalismo que representa as novas relações.

Depois desta exposição, o leitor deve estar um tanto desconfortável, pois deve estar percebendo que, equivocadamente, denomina de neoliberalismo algo que a história nega e lhe apresenta como o ultraliberalismo. Todavia, isto não é apenas o equívoco de um ou de outro intelectual de “esquerda” ou de direita. Até alguns intelectuais considerados críticos e bastante expertos no assunto também incorrem nesse erro. Aliás, isso se tornou uma espécie de senso comum, um dogma. Afirmar algo diferente parece ser heresia.

Todavia, um estudo mais aprofundado da história, do movimento real da sociedade, das oscilações da economia e das crises do capital certamente ajudariam a evitar muitos dos equívocos teóricos e práticos provocados em função da repetição fácil e da confusão



entre essência e aparência. Creio que, após analisar o movimento histórico no plano das idéias e da economia, já não restarão dúvidas sobre a denominação da atual fase do liberalismo.

Contudo, o problema não está somente na compreensão equivocada do próprio liberalismo ou na mudança de nomes. O problema maior é que interpretações equivocadas também geram práticas equivocadas.

Com as mudanças provocadas pela “revolução keynesiana”, através das políticas do *welfare state*, os trabalhadores que antes se sentiram “excluídos” passaram a sentir-se “incluídos” (pelo capital). E quando a burguesia passou a reduzir o Estado, começou a privatizar, desburocratizar, flexibilizar os direitos e aumentar o desemprego, os trabalhadores, sentindo-se desamparados e “excluídos”; em vez de lutar contra o liberalismo e o capitalismo, levantaram a bandeira da luta contra o “neoliberalismo”, que é apenas uma das versões do liberalismo. ♣

A partir das políticas keynesianas, os trabalhadores foram atraídos pelo capital. Ao invés de “excluí-los”, ele os “inclui”. Contudo, o Estado de bem-estar social, o *New Deal*, a social democracia e o intervencionismo não significaram a destruição do Estado, da propriedade e do capital. Ao contrário, apesar de garantirem uma sobrevivência aos trabalhadores, foram adotadas, justamente para camuflar os antagonismos de classe e salvar o capitalismo. À medida que os trabalhadores conquistaram ou que a burguesia cedeu alguns direitos, ficaram presos a eles. Se com Keynes os vetores político-econômicos invertem-se, as lutas dos trabalhadores também são reorientadas. As reivindicações e as lutas deixaram de ser *pelo fim da exploração, pelo fim da dominação, pela transformação profunda* da sociedade e pelo fim do modo de produção capitalista.

Até parece que chegamos ao final da história muito antes de Fukuyama escrever sobre “o fim da história e o último homem”. Desse modo, fala-se até em lutar por “uma sociedade *mais* justa”, “um capitalismo *menos* selvagem, *mais* humano”, “*diminuição* das desigualdades”, “*mais* escolas”, “*mais* saúde”, “*mais* trabalho”, “*melhor* distribuição

da riqueza”, “*melhor* distribuição de terra”, mas não na luta pelo fim do modo capitalista de produção, pelo fim da exploração, da pobreza, da dominação e das classes; pela socialização de toda a produção por uma sociedade justa, sem desigualdades, por uma sociedade igualitária de fato, isto é, pela solução definitiva dos antagonismos sociais.

Se, por um lado, o ultraliberalismo, para resolver os problemas do capital, reduz o Estado, desestatiza e suprime até mesmo os “direitos” mínimos e mais elementares, por outro, contribui para desmistificar o papel do Estado e contribui para que os trabalhadores percebam que ele é o gestor dos interesses da burguesia, para quem os trabalhadores são descartáveis.

Se uma correta interpretação da realidade não é suficiente para garantir a transformação da realidade, uma interpretação equivocada dificilmente possibilita uma ação prática efetiva e revolucionária. À medida que, ao menos teoricamente, procuramos restabelecer a verdadeira história, esperamos contribuir para isso.

Não podemos nos enganar. Pois, como diz Marx, “Estado não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a burguesia” (MARX & ENGELS, 1999, p. 7); não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra. Os trabalhadores deverão desfazer-se de todo esse velho traste do Estado.

Portanto, trata-se de destruir o Estado e não de reformá-lo. Mas, em vez de os trabalhadores reivindicarem seu fim, eles passaram a “defendê-lo” e “reivindicar sua intervenção e sua presença”. Mas o Estado não é um espaço de disputas? Perguntamos: alguém já viu o Estado colocar-se na defesa dos trabalhadores sem a finalidade de cooptá-los, de camuflar os antagonismos de classe para perpetuar a dominação? Alguém já viu o Estado se opor à extração da mais-valia e à dominação de classe? Alguém já viu o Estado proteger e se colocar a favor dos trabalhadores durante uma greve? E o contrário, quem é que não viu e não continua vendo que o Estado sempre defende o capital e os proprietários? Marx não estava certo ao afirmar que o Estado é o gestor dos negócios da burguesia? Portanto, não devemos nos iludir. Em vez de nos agarrarmos ao Estado, devemos lutar pela sua destruição.

Que se deve lutar para manter e conquistar mais “direitos”, não há dúvida. Porém, reduzir a luta a isso ou fazer dela o objetivo final dos trabalhadores, é um equívoco. Pois, se essa for a meta, talvez se consiga remediar as condições de vida de alguns, por algum tempo, mas jamais se conseguirá melhorar a vida de todos e, muito menos, acabar para sempre com a exploração e a dominação do homem pelo homem.

A usurpação cotidiana dos “direitos” dos trabalhadores demonstra que a burguesia não consegue nem cumprir suas promessas e os direitos formais, muito menos garantir a igualdade social e por fim a exploração e a sociedade de classes. Sempre que o proletariado se atreve a defrontar-se com a burguesia como classe independente, com interesses e reivindicações próprias, se preciso for, no limite, ela até os elimina fisicamente. Portanto, não há que se ter ilusões com as falsas promessas, com a pseudo-benevolência, com a falsa democracia e com a ética ambígua da burguesia. Pois, como diz Marx, a classe operária só sobrevive enquanto tem trabalho e só tem trabalho enquanto dá lucro (*idem*, p. 12).

Se os trabalhadores realmente quisessem construir uma nova humanidade não basta apenas transferir o velho aparato ideológico, bélico e militar da burguesia para as mãos dos trabalhadores. Como diz Marx,

o proletariado não pode, como fizeram as classes dominantes e suas diversas frações em suas sucessivas horas de triunfo, simplesmente se contentar em apoderar-se do aparelho estatal existente e dirigi-lo como se apresenta para seus próprios fins. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar a máquina existente e destruir este instrumento de dominação de classe [apud BARSOTTI, 2002, p. 159].

Para Engels (s.d., p. 43), a grande aprendizagem deixada pela Comuna de Paris em 1871 foi

reconhecer, desde o primeiro momento, que a classe operária ao chegar ao poder não pode continuar governando com a velha

máquina do Estado; que para não perder de novo a sua dominação recém-conquistada, a classe operária deve abandonar toda a velha máquina repressiva até então utilizada contra ela.

Portanto, conforme dito anteriormente, em vez de tornar o Estado transparente, eficiente, ético e democrático, como está na moda defender, é preciso destruí-lo, pois, diz Marx,

à medida que o progresso da indústria moderna desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado adquiria cada vez mais o caráter de um poder público organizado para a escravização social, de um aparelho de dominação de classe. Depois de cada revolução que marca uma avanço da luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder do Estado aparece cada vez mais claro [MARX, 2002a, p. 7].

Para Marx e Engels, somente com a abolição do Estado é possível acabar com a exploração, com as classes, com as lutas de classes, com a dominação e com as desigualdades sociais; não tinham dúvidas quanto à necessidade de os proletários tomarem em suas mãos o seu “destino”. “Os proletários da capital, em meio às fraquezas e traições das classes governantes, [...] compreenderam que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em suas mãos o destino e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder” (MARX, 2002b, p. 7). Mesmo que a Comuna de Paris tenha durado apenas 72 dias, ela demonstrou que é possível transformar a sociedade e construir uma nova. É esse o caminho, portanto, que devemos perseguir. Em vez de lutar contra o neoliberalismo ou contra o ultraliberalismo, é preciso lutar contra o liberalismo e contra o capitalismo.

Oxalá isso tenha ficado mais claro à medida que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo; quem dera essa experiência sirva para que não mais restem dúvidas quanto à necessidade de os proletários deixarem de se iludir em relação ao Estado, ao aparato bélico, burocrático e ideológico burguês e quanto à necessidade de

destruí-lo como condição para a construção de uma sociedade nova, sem classes.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Roque S. M. de (1971a). "Liberalismo e cientificismo". In: \_\_\_\_\_ . *Introdução à filosofia liberal*. São Paulo, Grijalbo; EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (1971b). "A constituição do sistema do liberalismo clássico". In: BARROS, Roque S. M. de. *Introdução à filosofia liberal*. São Paulo, Grijalbo; EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (1992). "Keynes, o liberalismo e o poder". In: BARROS, Roque S. M. de. *Estudos liberais*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor.
- BARSOTTI, Paulo (2002). "Marx, um estatista? A propósito da Comuna de Paris de 1871". In: ORSO, Paulino José; LERNER, Fidel & BARSOTTI, Paulo. *A Comuna de Paris de 1871*. São Paulo, Ícone, p. 159.
- CROSMAN (1980). *Biografia do Estado moderno*. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas.
- ENGELS, F. (s.d.). "Introdução à guerra civil em França". In: *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, vol. II.
- FRIEDMAN, Milton (1985). *Capitalismo e liberdade*. 2. ed. São Paulo, Nova Cultural.
- HAYEK, Friedrich (1994). *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Arrogância fatal: erros do socialismo*. Porto Alegre, Ed. Ortiz/IEE, p. 88.
- \_\_\_\_\_. (1997). "A ficção do conhecimento". In: CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. *Os clássicos da economia*. São Paulo, Ática, vol. 2.
- KEYNES, John Maynard (1988). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo, Nova Cultural.
- MARX, K. (s.d.). "Prefácio à 'Contribuição à crítica da economia política'". In: MARX, K & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega.
- \_\_\_\_\_. (2002a). "O que é a Comuna". In: LERNER, Fidel; TRAJANO, Gerson; BARSOTTI, Paulo & ORSO, Paulino José. *Comuna de Paris; estamos aqui pela humanidade!* São Paulo, Xamã, p. 7 (Cadernos do Espaço Marx).
- \_\_\_\_\_. (2002b). "Documentos da Comuna". In: LERNER, Fidel; TRAJANO, Gerson; BARSOTTI, Paulo & ORSO, Paulino José. *Comuna de Paris; estamos aqui pela humanidade!* São Paulo, Xamã, p. 7 (Cadernos do Espaço Marx).
- MARX, K. & ENGELS, F. (1999). *Manifesto do Partido Comunista*. Apresentação José Paulo Neto. São Paulo, Cortez.
- ORSO, Paulino José (2002). "Possibilidades e limites da educação". In: ORSO, Paulino José; LERNER, Fidel & BARSOTTI, Paulo (orgs.). *A Comuna de Paris de 1871*. São Paulo, Ícone.
- ORSO, Paulino José; LERNER, Fidel & BARSOTTI, Paulo (orgs.) (2002). *A Comuna de Paris de 1871*. São Paulo, Ícone.
- PINTO, Alvaro Vieira (1979). *Ciência e existência*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- RICARDO, David (1982). *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo, Abril Cultural.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1999). *Paradoxos do liberalismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, Revan.
- SKIDELSKY, Robert (1999). *Keynes*. Trad. José Carlos Miranda. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed.